

Análise paleográfica e sócio-histórica de um manuscrito seiscentista brasileiro: a história dos Terços de Homens Pretos e Pardos¹

Paleographic and socio-historical analysis of a seventeenth-century brazilian manuscript: the story of the “Terços de Homens Pretos e Pardos”

Izaías Araújo das Neves Paschoal*
Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro*
Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, Bahia, Brasil

Alicia Duhá Lose*
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia, Brasil

Resumo: A partir de dois documentos manuscritos em 1689 pelo homem negro forro Jorge Luiz Soares, integrante de uma das grandes corporações coloniais, os Terços de Homens Pretos e Pardos, surgidos ao longo da Insurreição Pernambucana de 1654, este artigo apresenta uma análise paleográfica da mão do *scriptor*, com o propósito de atestar a sua autoria nos documentos estudados e conferir veracidade à escrita e a futuros estudos, linguísticos ou não, possibilitados pelo *corpus* analisado. Assim, com base em Acioli (1994); Saez e Castillo (1996); Petrucci (2003) e Jesus (2021), foi definida a noção de Paleografia e, então, construído o material de análise: um quadro escriptográfico com base na caligrafia do *scriptor*. O resultado atesta que os documentos são autógrafos e abrem margem para questionar como um homem negro dos seiscentos dominou as letras. É importante destacar que os dois manuscritos analisados, certidões, são parte de um *corpus* maior, o Acervo dos Terços de Homens Pretos e Pardos (ATHPP), organizado e editado semidiplomaticamente.

Palavras-chave: Paleografia. Terço de Homens Pretos e Pardos. Sociolinguística Histórica.

Abstract: Based on two manuscript documents written in 1689 by the black free man Jorge Luiz Soares, member of one of the great colonial corporations, the Terços de Homens Pretos e Pardos, which emerged during the Pernambuco Insurrection of 1654, this article presents a paleographic analysis of the scribe's hand, with the purpose of attesting his authorship in the studied documents and conferring veracity to the writing and future studies, linguistic or not, made possible by the analyzed corpus. Thus, based on Acioli (1994); Saez and Castillo (1996); Petrucci (2003) and Jesus (2021), the notion of Paleography was defined and, then, the

¹ Texto escrito como parte dos resultados da pesquisa de mestrado de Paschoal (2023), intitulada “Documentos dos Terços de Homens Pretos e Pardos (1650-1793): edição semidiplomática e estudo do uso do *lbe*”, que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana, orientada pela professora doutora Zenaide Oliveira Novais Carneiro e coorientada pela professora doutora Alicia Duhá Lose.

* Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: izaiaasaraujo215@gmail.com.

* Doutora em Linguística (Unicamp) e professora do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: zoncarneiro@uefs.br.

* Doutora em Letras e Linguística (UFBA) e professora da Universidade Federal da Bahia. E-mail: alicialose@gmail.com.

materials for analysis were built: a scriptographic chart based on the scribe's handwriting. The result attests that the documents are autographs and opens room to question how a black man of the six hundred mastered letters. It is important to emphasize that the two manuscripts analyzed, certificates, are part of a larger corpus, the Acervo dos Terços de Homens Pretos e Pardos (ATHPP), organized and edited semi-diplomatically.

Keywords: Paleography. Terços de Homens Pretos e Pardos. Historical Sociolinguistics.

1 INTRODUÇÃO

Bluteau, em seu “Vocabulario Portuguez e Latino”, define os Terços como uma unidade militar correspondente ao que os antigos romanos chamavam de Legião e os alemães, franceses, etc. chamavam de regimento, uma divisão dos batalhões dos exércitos em porções menores de combatentes, as quais se subdividiam em companhias, compostas por até duzentos e cinquenta militares cada uma (BLUTEAU, 1721, p. 110). Na América Portuguesa, se tornou prática comum a criação de Terços militares, compostos por senhores de engenho e homens da elite local, com o fim de proteger os seus bens. No entanto, esta organização não ficou restrita à população branca.

Silva (2012) esclarece que as milícias compostas por homens pretos foram criadas durante a Resistência (1633) e, após a reconquista da capitania de Pernambuco, foram mantidas e se espalharam por outras capitanias da colônia portuguesa na América. No cenário da guerra contra os holandeses, o homem preto, possivelmente escravizado, Henrique Dias se destacou ao oferecer-se para lutar contra os invasores e reuniu junto a si um grupo de homens, também pretos, para compor o *front* da luta armada (MENIN, 2019, p. 95).

Os Terços militares de Homens Pretos e Pardos possuíam a característica de auto-organização, diferente de outras instâncias militares, tendo em vista que estes “instituíram suas próprias regras, e criaram normas crioulas, paralelas às metropolitanas, referentes ao encaminhamento de suas promoções.” (SILVA, 2012, p. 20). Segundo Menin (2019, p. 121), isso levou à fixação das milícias de homens pretos e pardos “como instituições sociais e seus membros foram, progressivamente, conquistando novos espaços e formas organizativas.” permitindo que os integrantes destes Terços adquirissem certo prestígio social por integrá-los, o que lhes transformou em um grupo social distinto de seus pares negros, mas também dos brancos brasileiros e europeus.

Assim, a continuidade dos Terços causou um aumento progressivo da sua importância, levando os seus integrantes a alcançarem modesto prestígio nas suas comunidades e a galgarem posições sociais, chegando, inclusive, à concessão de hábitos militares pela coroa portuguesa, cujos maiores favorecidos eram os homens brancos. Tal preservação exigia, logo, a comunicação entre as diferentes companhias, entre os mestres-de-campo e o Conselho Ultramarino e entre os integrantes de um mesmo terço ou de Terços diferentes: nessa demanda comunicacional, surgiram os documentos manuscritos que compõem esta pesquisa.

O *corpus* da dissertação que origina este artigo é composto por 28 documentos, sendo 23 manuscritos na capitania de Pernambuco², 3 na capitania da Bahia e 2 na capitania do Rio Grande (atual estado do Rio Grande do Norte), assinados por 16 integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos. Ressaltamos que, conforme resultados obtidos na análise paleográfica, 8 destes testemunhos foram considerados apógrafos, cuja escrita foi feita, possivelmente, pelo escrivão do Conselho Ultramarino ou por outro integrante do Terço, e assinada pelo autor intelectual. Nestes casos, a edição semidiplomática e a análise escriptográfica foram feitas, porém, os dados linguísticos do fenômeno em estudo foram desconsiderados, por entendermos que, na escrita apógrafo, pode haver interferências. Os fac-símiles do *corpus* foram feitos no âmbito do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, criado com o propósito de reunir a documentação concernente ao Brasil que se encontravam além-mar, sobretudo em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e disponibilizá-los digitalmente para consulta pública (LOBO, 2009, p. 322). Este trabalho busca sintetizar a análise paleográfica da grafia de um dos integrantes do Terço de Homens Pretos e Pardos de Pernambuco, o mestre de campo da Infantaria Jorge Luís Soares, e se configura como uma pesquisa documental e descritiva.

Posto isso, o artigo é dividido em seis seções: a primeira, esta, aponta as linhas gerais da pesquisa e do *corpus*; na segunda, discutimos o estado de conservação da documentação manuscrita e destacamos o fato de que estes encontram-se microfilmados, o que dificulta a compreensão e, por conseguinte, a edição semidiplomática. Na seção três, definimos os critérios e a metodologia utilizada para a edição dos documentos para, em seguida, apresentá-los de modo que, na seção seguinte, delineemos a sócio-histórica dos documentos em análise e de seu *scriptor*. A seção cinco, por sua vez, traz a análise paleográfica da mão de Jorge Luís Soares e discute os resultados obtidos. Por fim, as considerações finais resumem o que foi apresentado nesta pesquisa parcial.

2 BREVE DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

Para a descrição paleográfica dos documentos, leva-se em consideração duas etapas: a da análise das características extrínsecas (ou externas) e a das características intrínsecas (ou internas) dos documentos. Na primeira, observamos a parte física do documento, isto é, o seu suporte de escrita, o instrumento utilizado para escrevê-lo, o tipo de tinta, o número de fólios, seu estado de conservação, entre outras informações. As características intrínsecas, por sua vez, dizem respeito ao conteúdo, à língua, à descrição da grafia e aos aspectos gráficos.

Para a descrição intrínseca dos documentos, é preciso lançarmos mão dos conhecimentos da Paleografia. Saez e Castillo (1999, p. 21), com base em Petrucci (1992), definem essa ciência como a disciplina “que estudia la historia de la escritura (y en

² Entre estes documentos manuscritos na capitania de Pernambuco, há uma certidão que foi localizada pelo *scriptor*, Manuel Barbalho de Lira, na cidade de Lisboa (Portugal), em 1707. Apesar disso, o documento encontra-se em um conjunto que fora arquivado no Conselho Ultramarino de Pernambuco e, por este motivo, consideramo-lo desta capitania.

particular de la escritura a mano) en sus diferentes fases [...]”³, assim como a técnica de escrita, o processo de produção e os produtos deste processo (SAEZ; CASTILLO, 1999, p. 21). Acioli (1994, p. 6), por sua vez, define a Paleografia como “a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi redigido o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo [...]”. Logo, este campo de estudos foi fundamental nessa pesquisa, visto a necessidade de determinar os seus *scriptores*, isto é, aqueles que escrevem o documento, atestando se os textos analisados são autógrafos ou apógrafos, a fim de conferir maior veracidade ao estudo e possibilitar a diferenciação entre os manuscritos por homens africanos e afrodescendentes e aqueles manuscritos por homens brancos com algum grau de escolarização formal e que trabalhavam nos órgãos administrativos da empreitada colonial portuguesa no Brasil.

A descrição extrínseca, ou externa, de uma documentação manuscrita, conforme mencionamos, é “referente à aparência do papel, tipos de tinta, letra, traçado (*ductus*), estudo do selo, etc.” (BERWANGER; FRANKLIN LEAL, 2008, p. 27), com o fito de atestar a sua autenticidade ou possíveis alterações feitas na transmissão do texto e, até mesmo, as causadas pela conservação inadequada.

Nesse sentido, o acesso ao *corpus* físico é essencial, de modo que toda a sua materialidade seja analisada e descrita. Entretanto, os documentos do ATHPP⁴ encontram-se disponíveis apenas por meio digital, em forma de cópias microfilmadas (fac-símiles em preto e branco) no sítio eletrônico do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Assim, a única possibilidade de descrição de alguns dos aspectos extrínsecos dos documentos, como o tipo de tinta, o tipo de suporte, o estado de conservação, entre outros, foi a inferência, feita com base em Acioli (1994), estudiosa de documentos do período colonial brasileiro, e em Berwanger e Franklin Leal (2008), que forneceram informações importantes para a leitura paleográfica no manual *Noções de Paleografia e de Diplomática*.

Com base nesses autores, inferimos terem sido escritos à “pena de ave, que retinha a tinta por capilaridade e como tinta, a de noz gálica, de cor castanha” (ACIOLI, 1994, p. 57) e que o tipo gráfico utilizado nos documentos é a escrita cursiva, presente na maioria da documentação brasileira, pois é corrente e usual desde os seiscentos (ACIOLI, 1994, p. 55), no papel “sem traçados de linhas [...]. É habitual, principalmente às consultas do Conselho Ultramarino, redigi-las quase em coluna, na segunda metade da folha, deixando-se a primeira, à esquerda, para os pareceres dos procuradores da coroa ou despachos régios” (ACIOLI, 1994, p. 55). Quanto à conservação, há a dedução de que os documentos se encontram em bom estado, ainda que a observação, como mencionado acima, tenha sido feita através do material microfilmado em preto e branco, o que impediu visualização e análise completas da documentação. Ainda assim, em alguns podem-se perceber marcas de desgaste e corrosão, apagamento de tinta ou tinta repassada.

Em relação aos aspectos intrínsecos, objetivo principal desta pesquisa é fornecer, no âmbito da reconstrução dos caminhos de variação e mudança do/no Português

³ “que estuda a história da escrita (e, em particular, da escrita à mão) em suas diferentes fases [...]” (tradução nossa).

⁴ Sigla para “Acervo dos Terços de Homens Pretos e Pardos”.

Brasileiro, dados relativos às variantes socialmente desprestigiadas, principalmente no que tange àquelas utilizadas por africanos e afrodescendentes pertencentes aos Terços de Homens Pretos e Pardos nos seiscentos e setecentos. Logo, a par das informações históricas, que nos revelam a inviabilidade de, por meios oficiais, estes sujeitos acessarem a educação escolar, faz-se necessário atestar se os textos em estudo são ou não de autoria dessa camada social, de modo a validar os dados linguísticos coletados e, tanto nesta pesquisa quanto em outras futuras, suscitar discussões sobre os meios utilizados por sujeitos socialmente marginalizados adquirirem o domínio das letras.

Desse modo, recorreremos à análise dos aspectos intrínsecos dos *scriptores*. Segundo Lose et al. (2009, p. 47)

Características intrínsecas são definidas aqui como aquelas características ainda não ligadas à língua, mas sim às peculiaridades ortográficas de cada scriptor. É importante fazer uma ressalva para o fato de que ortografia, neste contexto, não deve ser pensada como a escrita correta, mas sim como a forma de escrever e de dispor e combinar os grafemas, criando, desta forma, fatos linguísticos a serem analisados. (LOSE et al., 2009, p. 47)

Destarte, na descrição intrínseca do documento, consideramos a escrita de cada autor, sobretudo, a sua caligrafia. Jesus (2021, 196) detalha alguns dos aspectos a serem observados nesta etapa: a morfologia (a forma das letras); o ângulo (a posição do instrumento de escrita em relação à linha); o *ductus* (a ordem de sucessão e o sentido de execução das letras); o módulo (a dimensão das letras); e o peso (a natureza do traçado da escrita, se grosso ou fino). Considerando estes aspectos, na seção quatro, será apresentada a descrição escriptográfica do *scriptor* Jorge Luiz Soares, sujeito principal deste artigo.

3 A EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA

Ao pensar em Linguística Histórica, é imprescindível considerar a divisão em duas vertentes feitas por Mattos e Silva (2008): a primeira, *lato sensu*, engloba todas as pesquisas que discutam questões linguísticas com base em dados datados e localizados; a segunda, *stricto sensu*, se preocupa com a mudança linguística de longa duração. Essa vertente, por ter uma orientação mais voltada a questões históricas, mantém uma relação particular com a Crítica Textual, “uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os corpora indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 10). Como não existe trabalho em historicidade da língua que se dissocie do trabalho filológico, logo, a questão da nomenclatura – se linguista ou filólogo – depende exclusivamente do objetivo de pesquisa.

Dado que os documentos manuscritos utilizados nas pesquisas histórico-diacrônicas da vertente *stricto sensu* encontram-se muitas vezes em condições insalubres de conservação e, por isso, precisam ser restabelecidos através de edições filológicas

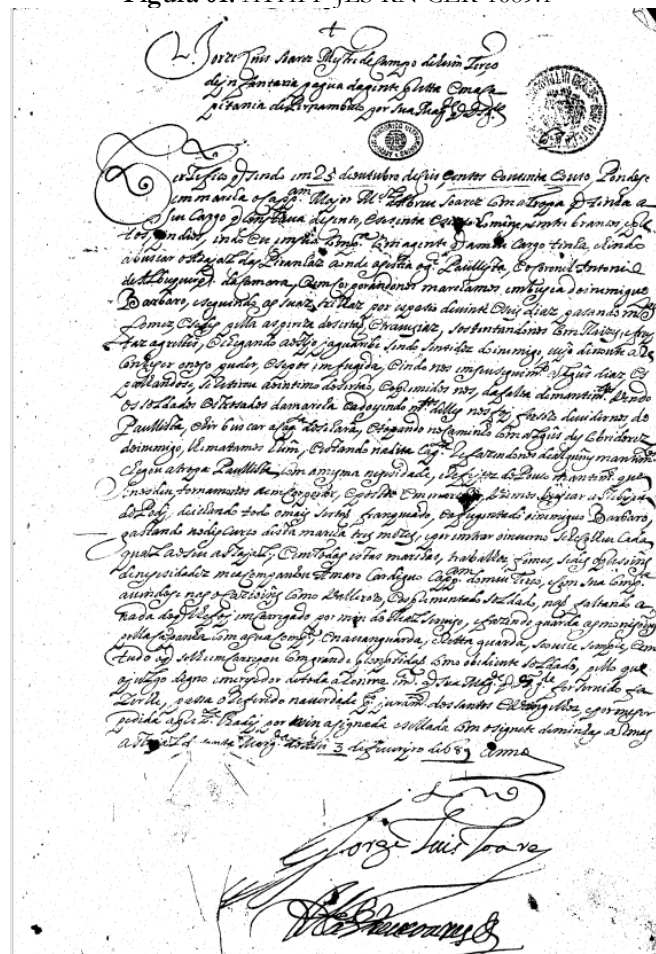
criteriosas, com o objetivo de colaborar com os estudos linguísticos. Maia (2012, p. 537) afirma que

[...] se se pretende utilizar os materiais para o estudo de história da língua, as edições devem satisfazer as necessidades de uma linguística histórica empírica e, por esse motivo, devem reflectir fielmente as características linguísticas dos manuscritos, uma vez que nelas se reflectem as marcas da variação da língua da época. As edições elaboradas com outro tipo de motivações e destinadas a outro tipo de público levaram frequentemente os editores a regularizar e a “corrigir” os textos que transcrevem, ferindo a sua autenticidade e inviabilizando a reconstrução de fenómenos de mudança linguística nos diferentes níveis de análise. (MAIA, 2012, p. 537)

Nesta perspectiva, Lose e Souza (2020, p. 15) apontam que as edições mais conservadoras são as mais úteis aos estudos linguísticos. Lose (2017, p. 76) considera a edição semidiplomática como aquela que “traz uma leitura conservadora do texto, nos aspectos linguísticos”, visto que, segundo Telles e Lose (2017, p. 280), esse tipo de edição conservadora deve preservar as características do momento histórico no qual o texto foi produzido. Logo, o entrelaçamento entre a ciência do texto e a Linguística Histórica garante a confiabilidade da pesquisa e a qualidade da análise linguística, questões essenciais para a compreensão da mudança das línguas.

A edição semidiplomática será de grande valor para o corpus, pois esta pode manter, se feita com rigor científico, as características originais do documento, preservando-o e garantindo o critério filológico para a pesquisa linguística que será desenvolvida e outras que poderão ser realizadas. Para o seu desenvolvimento, serão adotadas as normas de transcrição de manuscritos do PHPB (Programa para a História do Português Brasileiro), com as alterações e correções necessárias para atender às especificidades dos manuscritos, principalmente por se tratarem de documentos coloniais e com características próprias de documentos oficiais. Os critérios de edição adotados serão adaptados de Castilho (2019), o parâmetro utilizado nas edições semidiplomática feitas no PHPB.

A seguir, disponibilizamos os fac-símiles e as edições semidiplomática dos dois documentos analisados: o primeiro, uma certidão passada por Jorge Luís Soares para Vossa Majestade, requisitada pelo Conselho Ultramarino, em que descreve uma investida no interior do Nordeste durante a Guerra do Açu, na qual contou com a companhia do capitão Amaro Cardigo, genro de Henrique Dias, datada de fevereiro de 1689. A segunda trata-se também de uma certidão passada por Jorge Luís Soares, em que descreve a ocasião na qual ele, o capitão Amaro Cardigo e uma tropa de homens enveredaram-se pelas matas para armar emboscadas durante a Guerra do Açu, datada de fevereiro de 1689.



+

Jorge Luis Soarez Mestre decampo dehum Terço
de infantaria pagua daginte pretta e naca
pitania de Pernambuco por sua Magestade *que Deus guarde*

[ilegível]

Certifico *ques*indo em 25 de outubro de seiscentos eo [inim] conto Pondese
im marcha oCapitã Manoel de Abreu Soarez com a Tropa *que* tinha a
seu cargo *que* constava de Cento, esesenta e[sinco] homêns emtre brancos, epre
tos, indios, indo eu im sua *companhia* com agente *que* [inim] cargo tinha vindo
a buscar o Araial das Piranhaz aonde assistia *aguarda* Paullista, e o coronel Antonio
de Albuquerque dacamara, comcorporandonos marchamos embusca do inimigo
Barbaro, seguindo as suaz trilhas por espasio devinte eseis diaz pasando *muitas*
fomez, esedes pella aspereza dosertão e travesiaz, sustentandonos com Raizes, efrui
taz agrestes, e chegando aos rio jaguaribe sendo sintidoz do inimigo, cujo dinonte a re
conheser o nojo queles, esepos emfugida, e indo nos emseusignimento as três diaz, es
palhandose, se Reniou aointimo dosertão, eoprímido nos, da falta de mantimentos dendo
os soldados ostrosados damarela eadoesendo *muitos* delles nos foi forsozo devidirnos do
Paullista, ehir buscar acapitania doseharâ, e topando nocaminho com algûs descbridorez
do inimigo; lhe matamos hum., e estando nadita capitania Refazendonos de alguns mantimentos
chegou atropa Paullista com a mesma nesesidade, e Refis az do Paulo mantimento *que*
Senos deu tornamonos aimcorporar, epost[.] em ir [ilegível] [ilegível] [ilegível] as [ilegível]
do Podi, deichando todo o mais sertão franqueado, e afugentado o inimigo Barbaro,
gastando no dia curto desta manhã trez motes, e por imtrar o insumo se Recolheu cada
qual ao seu asRaial.; e em todas estas marchas, trabalhou fomes, sedes *oque* soiñs
de nesesidadez me acompanhou Amaro Cardiguo cappitã do meu Terço com sua *companhia*
avendose nas ocazioiñz como vallerozo, eao p[?]mentado soldado, não faltando a
nada do *quelhe* foi imcarregado por min do Real Serviso, efazendo guarda as monisõins
pella Câpanha com asua *Companhia*, e na vanguarda, Retta guarda, seo v[?]ste sempre, eem
tudo *oque* selhe emcarregou com grande prontidão como obediente soldado, pello *que*
o julgo digno e meresedor de toda a honra e *merce* *que* sua Magestade *que Deus guarde* for servido fa-
zer lhe, passa o Referido naverdade pello juramento dos santos evangelhos, e por meser
pedida *aprezente* lhadei por min assignada sellada com osignete de minhas armas
[asRaial de santa] Margarida do Asu 3 de fevereiro de 689 annos

[Jorge Luis Soares]

[inim]

Fonte: Elaborado pelos autores.

[illegible]

+
JorgeLuiz Soarez Mestre¹ decampo do Terso
pago deInfantariaprettapor *Sua Magestade*¹
*queDeus guarde*¹

65¹

Certifico *que* sendo em 5 de outubro de 688 annos chegou
aeste aRayal aCampanha doAsu aonde eu assistia em cum
panhia doCapitãMayor Manoel¹ deAvreu soarez; o Cappitã
do meu terso AmaroCardigo, vindo percabo de dez homenz *que*
oacompanhãvã, eordenan[d]o¹ oditto Cappitã Mayor Ao capitã
Antonio ZinhoPereira marchase com huã tropa deento esincoenta
homenz, a dezcobrir efranquiar aRibeira, e fazer embos
cadaz ao enemigo, por seacharem *muítaz* vezez trilhaz, ein-
do eu emsua *companhia* franqueando acampanha efazen
do asditas emboscadaz per espasio detrez dias, enã aven
do descuberto o enemigo nem oachando nadita Ribeira
nos Recolhemos ao nosso, enesta ocazião, ema marcha me acom
panhou oditto Capitã AmaroCardigo avendose com *grande* valor
evigilansia emtudo o*que* pormilhe foi encarregado, eoutro
si fez sempre sua obrigação fazendo rondaz em todo
otempo que assistiu nesta Campanha *que* forão sinco me
zez acudindo puntualmente as obrigasoinz deseucargo ea
tudo o*que* pormilhefoi ordenado e seos offisiaiz mayorez como
valerozo, eobedientesoldado, pello*que* ojulgo meresedor de
toda a honra emerge *que VossaMagestade que Deus guarde* for servidofazerlhe
pasaoreferido naverdade pello juramento dos *santoz* Evangelhos
epormoser pedida *aprezente* lha pasei pormi assignada eselada
comosignete deminhaz armaz Arayal de *santa* Margarida do Asu
26 de Fevereiro de 689 annos

[Manoel avreu coares] [Jorge Luis Soares]

Fonte: Elaborado pelos autores.

Além disso, pretende-se disponibilizar, junto à edição semidiplomática, a edição modernizada, no formato XML, da coleção documental prospectada para esta pesquisa, realizada a partir do e-Dictor, *software* desenvolvido por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2009), que permite a edição em linguagem XML e anotação morfológica; futuramente, há também a possibilidade de que o *corpus* seja anotado sintaticamente. O uso de tecnologias digitais na Linguística Histórica permite tanto o resguardo dos documentos manuscritos e de sua edição quanto a consulta e realização de outras pesquisas partindo do mesmo *corpus*.

4 UM POUCO DA HISTÓRIA DOS DOCUMENTOS DE JORGE LUÍS SOARES

O tratamento de dados para a pesquisa em estudos linguísticos, sobretudo no campo da Linguística Histórica *stricto sensu* exige uma correlação entre os aqueles disponíveis na documentação e a investigação sócio-histórica dos *scriptores*, de modo a entender, por via dos textos, como se deu a variação e a mudança no Português Brasileiro – no caso desta pesquisa, ao longo do período colonial.

Mattos e Silva (2004, p. 13) sinaliza a importância de conjugar “fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente que, reunidos, poderão explicitar e espelhar melhor os processos sócio-históricos e linguísticos que interagiram na constituição do português [...]”. Considerando que a formação do PB se deu em um contexto de multilinguismo generalizado, Mattos e Silva (2004) se debruça sobre as quatro vias propostas por A. Houaiss (1985) e, com base nessas, propõe quatro campos de pesquisa que objetivam recuperar a história do PB

(a) o campo que se moverá na reconstrução de uma história social linguística do Brasil; (b) o campo que se moverá na reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica; (c) o campo que se moverá na reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro; (d) o campo que se moverá no âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004, p. 58).

Assim, conjugar os fatores demográficos e de escolarização, para além da história interna da língua, é essencial para a compreensão da formação do PB em um ambiente de polarização e de multilinguismo. Nesse sentido, é crucial, sobretudo, reconstruir a variante escrita pelas camadas socialmente desprestigiadas: os documentos dos Terços dos Homens Pretos e Pardos inserem-se neste caminho, tendo em vista que – de acordo com Mattos e Silva (2004) –, o grupo de africanos e afrodescendentes foi o maior responsável pela difusão do português no território brasileiro. Apesar disso, são raros os documentos manuscritos por africanos ou negros brasileiros que foram salvaguardados em acervos ou arquivos, embora possíveis estudos de manuscritos de mãos escravizadas ou libertas interessem à Linguística Histórica, pois estes revelam importantes dinâmicas do PB e as relações de influência entre a classe popular e a elite possibilitadoras da formação das normas vernaculares e das normas cultas do PB (LUCCHESI, 2001, p. 102). Por conseguinte, Mattos e Silva (2004, p. 58) reafirma a relevância de se fazer uma história social, ou sócio-história, com o fito de recuperar “as mudanças linguísticas que fizeram o português brasileiro ter as características que tem.”.

4.1 O *SCRIPTOR*

Silva (2017) propõe uma cronologia dos mestres de campo do Terço de Homens Pretos e Pardos da repartição de Recife com base em três diferentes pesquisas: a de José Antônio Gonsalves de Mello; a de Loreto Couto; e a que adotamos nesta dissertação, que utiliza os dados oriundos das documentações presentes no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Segundo esta, Jorge Luís Soares foi o quarto a ocupar o posto de mestre de campo no referenciado Terço.

Cabe ressaltar que, assim como os escreventes anteriores, Jorge Luís Soares é um homem preto possivelmente ex-escravizado, assim, informações sobre a sua trajetória individual são escassas e lacônicas. É possível afirmar, conforme Vanderlei Silva (2003), que Jorge Luís Soares nasceu livre.

Consideramos, de acordo com Vanderlei Silva (2003) e Silva (2013), que Jorge Luís Soares era filho de João Luís, sargento mor do Terço do qual, posteriormente, ele se tornaria mestre de campo. Seu pai, inclusive, teria, possivelmente, guerreado ao lado de Henrique Dias contra os holandeses em Pernambuco.

Soares, por sua vez, participou, ao lado dos bandeirantes, nas invasões ao Quilombo dos Palmares e comandou uma guarnição na Guerra do Açu – de onde escreve a documentação de sua autoria que compõe o *corpus* desta pesquisa.

Outras informações, como aquelas relacionadas à sua naturalidade, nacionalidade, estado civil e data de nascimento não foram encontradas. Se nos orientarmos pela cronologia de Silva (2017), podemos presumir que a sua morte se deu por volta de 1693 ou 1694, quando Domingos Rodrigues Carneiro assume o seu posto.

Segue, abaixo, a ficha biográfica de Jorge Luís Soares

QUADRO 1: Ficha do escrevente Jorge Luís Soares

Dados Pessoais

Nome Completo: Jorge Luís Soares

Filiação: João Luís

Avós Paternos/maternos: Desconhecidos

Naturalidade: Desconhecida

Nacionalidade: Possivelmente brasileira

Data de Nascimento: Desconhecida

Data de Falecimento: ~1693 ou 1694

Idade do remetente (quando da escrita dos documentos): Desconhecida

Estado civil: Possivelmente casado

Profissão/ Ofício: Mestre de campo de um Terço de Infantaria

Principais atividades:

Tipo de material para estudo: Certidão

Observações:

Fontes:

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História (São Paulo)**, p.

111-144, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p111-144>>. Acesso em 23 mar. 2023.

VANDERLEI SILVA, Kalina. **“Nas solidões vastas e assustadoras”: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2 A LOCALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE JORGE LUÍS SOARES

Cabe-nos, neste momento, detalhar alguns pontos concernentes à Guerra do Açu, localização histórica de dois dos documentos desta pesquisa, ambos manuscritos pelo homem preto Jorge Luís Soares em fevereiro de 1689 no Arraial de Santa Margarida do Açu⁵, região que foi o palco da Guerra dos Bárbaros: o embate entre colonizadores sertanistas e indígenas nos séculos XVII e XVIII nas capitanias do norte. Embora, aqui, discutamos sobre o episódio ocorrido na então capitania do Rio Grande, é importante destacar que

A Guerra dos Bárbaros foi uma série de conflitos ocorridos nas Capitanias do Norte, entre 1651 e 1720, envolvendo diferentes povos nativos e os colonizadores. Até recentemente, a historiografia considerava apenas os embates que se verificaram no interior das Capitanias do Ceará, do Rio Grande (do Norte), da Paraíba e do Piauí como aqueles que podiam receber este rótulo. Ultimamente foram incluídas no rol destas guerras aquelas sucedidas no Recôncavo Baiano e proximidades, bem como as que aconteceram no Rio São Francisco (SILVA, 2021, p. 265).

Assim, a Guerra do Açu foi o segundo momento das chamadas Guerras dos Bárbaros, compreendendo os anos de 1687 a 1705 nas capitanias do Rio Grande e do Ceará, cujo mote inicial foi a expansão da pecuária para as margens do rio Piranhas, que banha os atuais estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e recebe o nome de Açu após passar pelo município homônimo; mas também em face do desejo da Coroa portuguesa de ocupar o território, da exploração de recursos minerais, da ampliação de grupos religiosos e de grupos dedicados à apreensão de nativos (SILVA, 2019, p. 3). Os primeiros confrontos entre os indígenas, sobremaneira os Tapuias, e os colonizadores acontecem já no pós-Insurreição pernambucana, entre 1655 e 1657 (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 3).

Estes, são indígenas chamados de “gentio bravo” por serem considerados inimigos dos interesses expansionistas lusitanos, logo, sobre eles, incidiam leis específicas para dominá-los e, sendo o caso, condicioná-los à escravidão (SILVA, 2019, p. 4). Somados à essa prerrogativa supostamente legal, estavam os conflitos existentes naquela região entre

⁵ Presumimos, atualmente, encontrar-se na região do Seridó potiguar, provavelmente no município de Assú.

os povos autóctones e os pecuaristas do sertão. Segundo Santos Júnior (2022, p. 4), não é possível estimar a data exata do início desses confrontos.

Fato é que, a partir de 1687, diversas expedições militares foram enviadas ao sertão da capitania do Rio Grande para enfrentar os Tapuias na região do rio Piranhas. Dentre elas, em 1688, está a do mestre de campo Jorge Luís Soares junto a cinco companhias de Henriques dirigida ao Açu. A ele, une-se, ainda em 1688, o sertanista Domingos Jorge Velho, conhecido como “caçador de índios”, comandante da tropa responsável por capturar e assassinar o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi.

As investidas dos Terços pernambucano e paulista são narradas na certidão manuscrita pelo escrevente Jorge Luís Soares, datada de 3 de fevereiro de 1689. Nela, o militar descreve a investida de suas tropas, do Terço Paulista (de Jorge Velho) e a tropa de Manuel de Abreu Soares, além do coronel Antônio de Albuquerque Câmara, em busca do “inimigo bárbaro” por vinte e seis dias, nos quais passaram “muita fome e sede” pelo sertão, sustentando-se com “raízes e frutas agrestes”. Ao chegarem ao rio Jaguaribe, foram oprimidos pela falta de mantimentos e pelo adoecimento de muitos soldados, forçando-lhes a separarem-se do Terço paulista e seguirem para a capitania do Ceará, quando, no caminho, mataram um indígena.

Domingos Jorge Velho foi designado pela Coroa a seguir para os Palmares após promover um verdadeiro extermínio dos nativos da região em 1690. Coube ao capitão Matias Cardoso de Almeida, também paulista, concluir a guerra. Sobre a estadia de Soares no Açu, não encontramos outras informações.

O resultado da guerra, todavia, é tristemente conhecido: a dizimação dos indígenas da região, a sua captura ou a sua assimilação enquanto “caboclos”

O extermínio indígena na guerra contra os “bárbaros” ainda continuaria após sua saída, prosseguindo, com menor intensidade, ano após ano, até o ano de 1720. Após o ano de 1725 em diante, não há mais nenhuma notícia a respeito de combates, mas, mesmo assim, o temor aos índios tapuias ainda permanecia vivo e constante na memória dos colonizadores. Intensifica-se então a fase dos aldeamentos. A terra dos índios e de seus ancestrais, pertencia, agora, aos portugueses (SANTOS JÚNIOR, 2022, p. 13).

Desse infeliz modo, foi dada a manutenção da colonização dos sertões das capitanias do norte, região que, então, passaria a fazer parte do ciclo econômico e produtivo da cadeia mercantilista da América Portuguesa.

5 A MÃO DE JORGE LUÍS SOARES

Os vinte e oito manuscritos relacionados aos integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos são compostos por: 03 atestados, 01 carta, 15 certidões, 07 ofícios e 02 requerimentos. Para a definição das espécies documentais, recorreremos à Belloto (2002). Segundo a autora, espécies documentais são “a configuração que assume um documento

de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO; BELLOTO, 1996 *apud* BELLOTO, 2002, p. 27). Desse modo, consideramos a espécie documental “certidão” como um “documento diplomático testemunhal comprobatório. Documento emanado de funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas” (BELLOTO, 2002, p. 57).

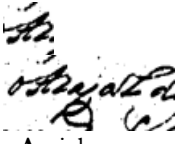
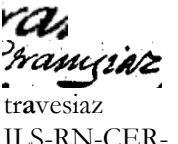
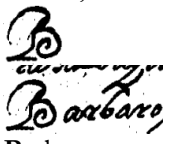
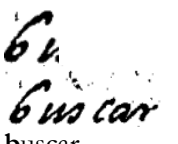
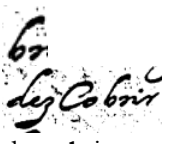
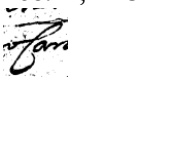
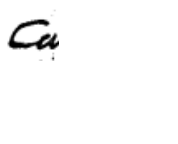
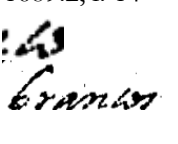
Conforme referimos, faz-se necessária a identificação das mãos que manuscreeveram os documentos do ATHPP, pois é preciso que os dados linguísticos presentes no *corpus* correspondam àqueles que, possivelmente, eram utilizados por falantes e *scriptores* das variantes linguísticas socialmente desprestigiadas ocorrentes nos Terços. Por este motivo, a descrição dos aspectos gráficos, por meio dos quadros escriptográficos, é fundamental, porque, apoiados nela, conseguimos distinguir se o documento foi manuscrito pelo autor intelectual ou se há diferentes punhos em um mesmo testemunho.

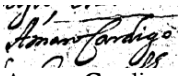
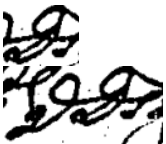
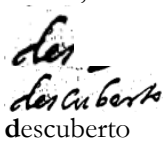
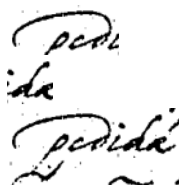
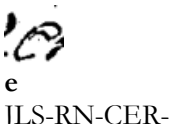
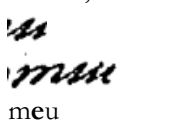
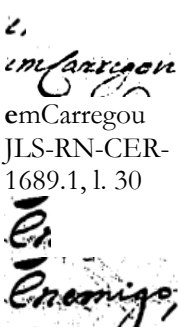
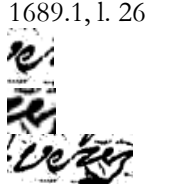
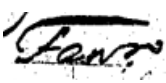
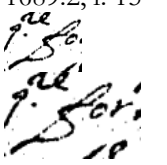
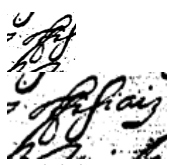
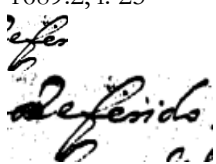
Os quadros são organizados da seguinte maneira a partir da grafia do *scriptor*: a primeira coluna representa o alfabeto; nas colunas seguintes, identificamos a posição da letra na palavra (se inicial, medial ou final), além das maiúsculas. Estas, estão acompanhadas pelo recorte do fac-símile da letra e da palavra observada, a sua transcrição e a sua localização no documento – as letras que não foram encontradas em nenhuma posição são indicadas como “sem ocorrência”.

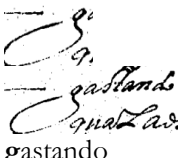
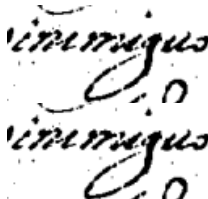
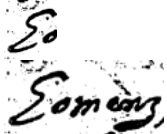
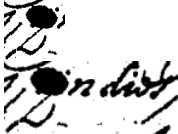
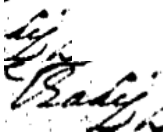
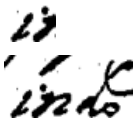
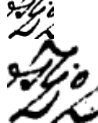
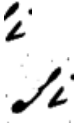
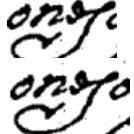
Assim, após a análise escriptográfica, foi possível identificar que, dos vinte e oito documentos que compõem o *corpus* desta pesquisa, oito destes são apógrafos, isto é, foram manuscritos por outrem que não o autor intelectual, responsável apenas pela assinatura.

Dentro desta metodologia, apresentamos o quadro escriptográfico de Jorge Luiz Soares:

Quadro 1: A mão de Jorge Luís Soares

LETRA	MAIÚSCULA	INICIAL	MEDIAL	FINAL
A	 oAraial JLS-RN-CER- 1689.1, l. 11	 acudindo JLS-RN-CER- 1689.2, l. 24	 travesiaz JLS-RN-CER- 1689.1, l. 14	 toda JLS-RN-CER- 1689.2, l. 27
B	 Barbaro JLS-RN-CER- 1689.1, l. 13	 buscar JLS-RN-CER- 1689.1, l. 19	 descobrir JLS-RN-CER- 1689.2, l. 14	Sem ocorrência
C				Sem ocorrência

D	 AmaroCardigo JLS-RN-CER- 1689.2, l. 20	 campanha JLS-RN-CER- 1689.2, l. 23	brancos JLS-RN-CER- 1689.1, l. 9	Sem ocorrência
	 queDens JLS-RN-CER- 1689.1, l. 4	 descuberto JLS-RN-CER- 1689.2, l. 18	 pedida JLS-RN-CER- 1689.1, l. 33	
E	 Evangelhos JLS-RN-CER- 1689.2, l. 28	 emCarregou JLS-RN-CER- 1689.1, l. 30	 meu JLS-RN-CER- 1689.1, l. 26	Sem ocorrência
		 enemigo JLS-RN-CER- 1689.2, l. 15	 vezez JLS-RN-CER- 1689.2, l. 15	
F	 Fevereiro JLS-RN-CER- 1689.2, l. 31	 for JLS-RN-CER- 1689.1, l. 31	 offisiaiz JLS-RN-CER- 1689.2, l. 25	Sem ocorrência
			 Referido JLS-RN-CER- 1689.2, l. 28	

G	Sem ocorrência	 gastando JLS-RN-CER-1689.1, l. 24	 inimigo JLS-RN-CER-1689.1, l. 23	Sem ocorrência
H	Sem ocorrência	 homenz JLS-RN-CER-1689.2, l. 14	 marchamos JLS-RN-CER-1689.1, l. 12	Sem ocorrência
I	Sem ocorrência	 indios JLS-RN-CER-1689.1, l. 10	 diaz JLS-RN-CER-1689.2, l. 17	 lhadei JLS-RN-CER-1689.1, l. 33
		 indo JLS-RN-CER-1689.1, l. 10	 rio JLS-RN-CER-1689.1, l. 15	 si JLS-RN-CER-1689.2, l. 22
J	Sem ocorrência	 jaguaribe JLS-RN-CER-1689.1, l. 15	 cujo JLS-RN-CER-1689.1, l. 15	Sem ocorrência
			 nojo JLS-RN-CER-1689.1, l. 16	
K	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência

L

Sem ocorrência

lhadei

lhadei
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 33

dafalta

dafalta
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 17

Real

Real
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 28

Paullista

Paullista
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 19

Araial

Araial
JLS-RN-CER-
1689.2, l. 30

valerozo

valerozo
JLS-RN-CER-
1689.2, l. 26

M

Margarida

Margarida
JLS-RN-CER-
1689.2, l. 30

marchamos

marchamos
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 12

emCarregou

emCarregou
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 30

seacharem

seacharem
JLS-RN-CER-
1689.2, l. 15

N

Sem ocorrência

nesesidadez

nesesidadez
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 26

enemigo

enemigo
JLS-RN-CER-
1689.2, l. 15

Sem ocorrência

O

Sem ocorrência

oCaziõins

oCaziõins
JLS-RN-CER-
1689.1, l. 27

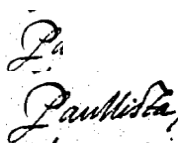
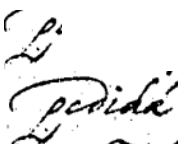
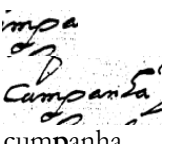
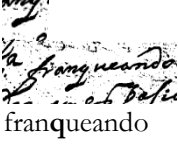
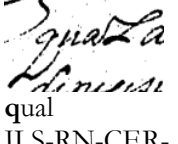
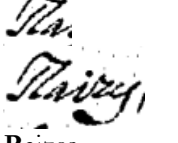
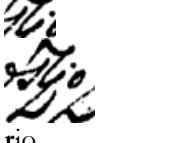
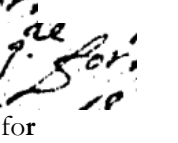
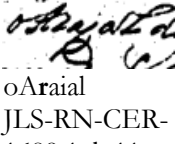
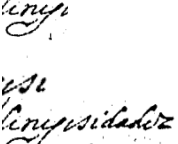
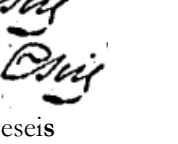
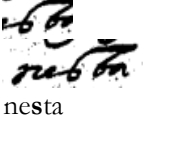
avendose

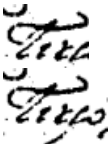
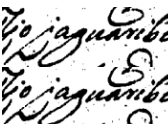
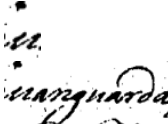
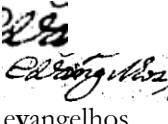
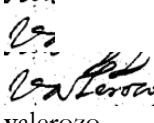
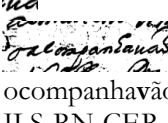
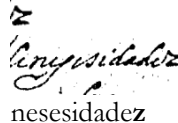
avendose
JLS-RN-CER-
1689.2, l. 20

ocazião

ocazião
JLS-RN-CER-
1689.2, l. 19

sinco

P	 Paullista JLS-RN-CER- 1689.1, l. 19	 pedida JLS-RN-CER- 1689.1, l. 33	 cumpansa JLS-RN-CER- 1689.2, l. 23	JLS-RN-CER- 1689.2, l. 23 Sem ocorrência
	Sem ocorrência	 que JLS-RN-CER- 1689.1, l. 9	 franqueando JLS-RN-CER- 1689.2, l. 16	Sem ocorrência
Q		 qual JLS-RN-CER- 1689.1, l. 25		
			 brancos JLS-RN-CER- 1689.1, l. 9	
R	 Raizes JLS-RN-CER- 1689.1, l. 14	 rio JLS-RN-CER- 1689.1, l. 15	 for JLS-RN-CER- 1689.1, l. 31	
			 oAraial JLS-RN-CER- 1689.1, l. 11	
S	Sem ocorrência	 sinco JLS-RN-CER- 1689.2, l. 23	 nesesidadez JLS-RN-CER- 1689.1, l. 26	 eseis JLS-RN-CER- 1689.1, l. 13
			 nesta	

T	 Terço JLS-RN-CER- 1689.1, l. 26	 toda JLS-RN-CER- 1689.2, l. 27	 toda JLS-RN-CER- 1689.1, l. 24	Sem ocorrência
U	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Ujaguaribe JLS-RN-CER- 1689.1, l. 15	Retirou JLS-RN-CER- 1689.1, l. 17
V	Sem ocorrência	 vanguarda JLS-RN-CER- 1689.1, l. 29	 evangelhos JLS-RN-CER- 1689.1, l. 32	Sem ocorrência
W	Sem ocorrência	 valerozo JLS-RN-CER- 1689.2, l. 26	 acompanhavam JLS-RN-CER- 1689.2, l. 12	Sem ocorrência
X	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Y	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência	Sem ocorrência
Z	Sem ocorrência	Sem ocorrência	 Raizes JLS-RN-CER- 1689.1, l. 14	 necesidade JLS-RN-CER- 1689.1, l. 26
				 homenz JLS-RN-CER- 1689.2, l. 14

Fonte: Elaborado pelos autores

A principal característica da mão do *scriptor* nos dois manuscritos em estudo é a escrita de alta cursividade, com inclinação à direita, de módulo regular e traços finos, observáveis por um peso de escrita ora reduzido, ora médio. Contudo, é possível notar uma diferença na linearidade entre os documentos: enquanto o ATHPP-JLS-RN-CER-1689.1 tem uma grafia descendente em relação à mancha escrita, o documento ATHPP-JLS-RN.CER-1689.2 é ascendente. Além disso, é notável a grafia do <i> em posição medial, cujo traço é descendente e finalizado com uma curva à direita; assim como uma peculiaridade sua: a ligadura do grafema <s>, quando em posição medial, pela parte de cima, o que torna possível a confusão com o numeral seis (6). Listamos, no quadro abaixo, essas e outras pontuações:

QUADRO 2: Aspectos gráficos de Jorge Luís Soares

Grafema	Comentário	Exemplo
<e>	Em algumas ocorrências na posição medial, este grafema é traçado com apenas um risco, similar ao <i>.	 CER-1689.1, l. 26
<h>	Este grafema assemelha-se ao <E> cursivo.	 CER-1689.2, l. 14
<i>	Em algumas ocorrências nas posições medial e final, este grafema pode ser confundido com o <j> do <i>scriptor</i> . O contexto é importante para a identificação.	 CER-1689.1, l. 33
<j>	Nas posições inicial e medial, este grafema pode ser confundido com o <i> do <i>scriptor</i> . A distinção é feita pelo contexto.	 CER-1689.1, l. 15
<R>	Este é grafado praticamente sem curvaturas.	 CER-1689.1, l. 14
<s>	Em determinadas ocorrências, este grafema lembra o numeral cardinal seis.	 CER-1689.2, l. 23

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com estes resultados parciais da pesquisa, buscamos, ainda que de modo embrionário, abrir margem para um período que, por escassez de documentação, é pouco

estudado no âmbito da Sociolinguística Histórica: o Brasil Colonial. Os integrantes dos Terços de Homens Pretos e Pardos, embora, obviamente, não representem a totalidade dos negros escravizados no Brasil, seja por serem um grupo pequeno e com características próprias, seja porque o processo de escravização trouxe uma miríade de africanos forçadamente para cá, com culturas e costumes diferentes, pode trazer à luz um pouco da realidade linguística desta parte dos trópicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta os resultados parciais da análise paleográfica dos manuscritos do ATHPP, desenvolvida na dissertação de mestrado a ser defendida posteriormente. Refletimos, aqui, um pouco sobre diversos aspectos que compõem o trabalho linguístico-filológico: inicialmente, abordamos parte da grande história dos Terços de Homens Pretos e Pardos, – aspecto importante para entendermos o mérito da edição semidiplomática e do estudo dos documentos manuscritos pelos integrantes dos Terços, visto que é tarefa atual da Linguística brasileira descortinar o Português no/do Brasil ao longo do período colonial. Em seguida, discutimos brevemente os critérios paleográficos utilizados na composição deste trabalho e, finalmente, chegamos ao ponto principal: a análise da grafia de um importante sujeito, Jorge Luiz Soares, mestre-de-campo de um dos Terços de Homens Pretos e Pardos entre os anos de 1686 e 1693, que foi enviado pela Coroa Portuguesa para o Rio Grande com o objetivo de ajudar os bandeirantes paulistas na “Guerra dos Bárbaros”, onde hoje ficam os estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Por fim, foram apresentados os critérios teórico-metodológicos que subsidiaram a edição semidiplomática do *corpus*. Assim, esta pesquisa pretende contribuir com a Filologia e com a Linguística Histórica brasileira, pois os manuscritos analisados são de grande valia para desvendarmos, ainda que vagamente, as dinâmicas de variação e mudança do Português Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLI, Vera Lúcia. Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3. ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2008.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva/Impressor de Sua Magestade, 1712-1728. 8 v.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ SÁNCHEZ, Carlos. *Paleografia e Historia de la Cultura Escrita, del signo a lo escrito*. Alcalá de Henares: Síntesis. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10017/6784>. Acesso em: 10 mar 2023.

JESUS, Adilson Silva de. O sertão por escrito no livro de razão: um microcosmo sócio-histórico e linguístico da bahia rural oitocentista. 2021. 701 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://www.prohpor.org/_files/ugd/c8e334_cda50467413747a7b9941a0958503ce0.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

LOBO, T. C. F. Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, K.; CUNHA E SOUZA, H. F.; SOLEDADE, J. (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LOSE, A. D.; SOUZA, A. S. de. Para uma Filologia na pesquisa em Linguística Histórica. *Letras*, Santa Maria, n. 60, p. 11–32, 2020. DOI: 10.5902/2176148542058. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/42058>. Acesso em: 11 mar 2023.

LOSE, Alícia Duhá et al. Edições de documentos históricos: a quem interessam? A quem se destinam? *Revista da ABRALIN*, v. 16, n. 2, p. 71-86, jan.-abr. 2017.

MAIA, Clarinda. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T. et al. (Org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: Edufba, 2012, p. 533-542. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16749>. Acesso em: 10 mar 2023.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENIN, Francielly Giachini Barbosa. Sociogênese e institucionalização de milícias de africanos e afrodescendentes livres e libertos na América Portuguesa: Bahia e Rio de Janeiro (1638-1766). 2019. 264 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=30504&idprograma=40001016009P0&anobase=2019&idtc=152>. Acesso em: 10 mar 2023.

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. A participação de Domingos Jorge Velho durante a “Guerra dos Bárbaros”, no final do século XVII: um genocídio oficializado. *Tarairiú: Revista do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB*, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 1-16, ago. 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REVELAP/article/view/1223/1083>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SILVA, Luiz Geraldo. Sobre a “etnia crioula”: o terço dos Henriques e seus critérios de exclusão na América portuguesa do século XVIII. In: VENÂNCIO, R. P.; GONÇALVES, A. L.; CHAVES, C. M. das G. (Org.). *Administrando impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 71-96.

SILVA, Victor André Costa da. Guerras justas na capitania do Rio Grande: guerra dos bárbaros e desterritorialização. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, v. 25, n. 13, p. 2-18, jun. 2019.

Disponível

em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/9631/5267>. Acesso em: 01 maio 2023.